



RELATÓRIO ANUAL

2017





Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda.
 SIG - Quadra 06 - Lote 2080 - Torre II - 2º Andar - CEP: 70.610-460 - Brasília - DF
 CNPJ: 00.692.214/0001-76

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE	563.841.924,26	436.988.432,89
Disponibilidades	8.699,93	13.092,92
Caixa	256,74	10.092,92
Depósitos Bancários	8.443,19	3.000,00
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez (Nota 3)	384.325.677,02	276.807.331,27
Aplicações no Mercado Aberto	8.017.355,30	5.093.934,17
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	376.308.321,72	271.713.397,10
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 4)	33.080.835,34	31.341.627,21
Carteira Própria	33.080.835,34	31.341.627,21
Operações de Crédito (Nota 5)	140.962.185,00	127.803.961,54
Empréstimos	142.806.846,69	128.873.158,49
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(1.844.661,69)	(1.069.196,95)
Outros Créditos (Nota 6)	5.395.266,72	963.340,62
Rendas a Receber	317,74	447,59
Diversos	5.394.948,98	962.893,03
Outros Valores e Bens (Nota 7)	69.260,25	59.079,33
Outros Valores e Bens	1.066,03	1.066,03
Despesas Antecipadas	68.194,22	58.013,30
ATIVO NÃO CIRCULANTE	177.389.815,22	146.677.099,82
Realização a Longo Prazo	29.599.324,24	15.744.234,07
Aplicações Interfinanceira de Liquidez (Nota 3)	-	339.467,49
Depósitos Interfinanceiros	-	339.467,49
Operações de Crédito (Nota 5)	29.599.324,24	15.404.766,58
Empréstimos	29.986.667,41	15.481.112,77
(Provisão para Operações de Crédito de Liquidação Duvidosa)	(387.343,17)	(76.346,19)
Investimentos (Nota 8)	144.914.135,45	127.897.521,58
Bancoob/Sicoob Confederação/CNAC/Confebras	144.914.135,45	127.897.521,58
Imobilizado de Uso (Nota 9)	2.870.688,52	3.025.677,20
Imobilizações de Uso	4.858.907,03	4.749.617,72
(Depreciações Acumuladas)	(1.988.218,51)	(1.723.940,52)
Intangível (Nota 10)	5.667,01	9.666,97
Ativos Intangíveis	40.000,00	40.000,00
(Amortização Acumulada - Intangível)	(34.332,99)	(30.333,03)
TOTAL DO ATIVO	741.231.739,48	583.665.532,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Alves de Sena
 Diretor Presidente

Jorge Luiz Moreira
 Contador
 CRC/DF 7.534

Sergio Luiz Viott
 Diretor Financeiro



Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda.
SIG - Quadra 06 - Lote 2080 - Torre II - 2º Andar - CEP: 70.610-460 - Brasília - DF
CNPJ: 00.692.214/0001-76

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

(Valores expressos em Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE	574.288.241,80	449.911.467,96
Relações Interfinanceiras (Nota 11) Centralização Financeira - Cooperativas	567.464.276,52	442.167.384,84
Outras Obrigações Sociais e Estatutárias (Nota 12.1) Fiscais e Previdenciárias (Nota 12.2) Diversas (Nota 12.3)	6.823.965,28	7.744.083,12
PATRIMÔNIO LÍQUIDO (Nota 14)	166.943.497,68	133.754.064,75
Capital Cotas Pais	141.511.666,06	112.138.736,02
Reservas De Capital Reservas Legal	12.416.587,96	10.789.682,50
Sobras ou Perdas Sobras ou Perdas Acumuladas	13.015.243,66	10.825.646,23
TOTAL DO PASSIVO	741.231.739,48	583.665.532,71

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Alves de Sena
Diretor Presidente

Sérgio Luiz Viott
Diretor Financeiro

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC/DF 7.534



Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda.
SIG - Quadra 06 - Lote 2080 - Torre II - 2º Andar - CEP: 70.610-460 - Brasília - DF
CNPJ: 00.692.214/0001-76

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO 2º SEMESTRE DE 2017
E DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO**

(Valores expressos em Reais)

Descrição	2º Sem. 2017	2017	2016
Receitas da Intermediação Financeira	24.319.275,97	52.012.482,78	51.211.395,20
Operações de Crédito	6.640.501,56	13.881.308,75	15.912.621,51
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	17.678.774,41	38.131.174,03	35.298.773,69
Despesas da Intermediação Financeira	(1.145.135,18)	(1.086.461,72)	(246.400,12)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(1.145.135,18)	(1.086.461,72)	(246.400,12)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira	23.174.140,79	50.926.021,06	50.964.995,08
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(16.878.326,31)	(34.605.441,67)	(37.304.603,60)
Receitas Prestação de Serviços	961,23	1.900,98	147,39
Receitas Prestação de Serviços atos não cooperativos	25.235,22	72.220,69	8.710,05
Outras Receitas Operacionais (Nota 15)	6.290.254,15	12.601.548,14	10.981.140,87
Resultado de Participação em Coligadas e Controladas	7.052.388,43	16.519.316,90	13.827.382,61
Despesas Tributárias	(19.518,92)	(49.586,69)	(41.963,99)
Despesas de Pessoal	(3.720.871,94)	(7.178.677,17)	(6.606.939,85)
Outras Despesas Administrativas (Nota 16)	(2.161.531,02)	(4.480.392,94)	(3.862.226,01)
Outras Despesas Operacionais (Nota 17)	(24.345.243,46)	(52.091.771,58)	(51.610.854,67)
Resultado Operacional	6.295.814,48	16.320.579,39	13.660.391,48
Resultado não Operacional	-	-	(125.298,59)
Resultado antes Tributação do Lucro e Participações	6.295.814,48	16.320.579,39	13.535.092,89
Imposto de Renda e Contribuição Social	(4.155,92)	(12.137,10)	(953,01)
Provisão para Imposto de Renda	(1.905,90)	(5.566,06)	(437,05)
Provisão para Contribuição Social	(2.250,02)	(6.571,04)	(515,96)
Sobras antes das Distribuições Estatutárias	6.291.658,56	16.308.442,29	13.534.139,88
Participações Estatutárias (FATES/Reserva Legal)	-	(3.293.198,63)	(2.708.493,63)
Sobras Líquidas do Semestre/Exercício	6.291.658,56	13.015.243,66	10.825.646,25

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Alves de Sena
Diretor Presidente

Sérgio Luiz Viott
Diretor Financeiro

Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC/DF 7.534

Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda.
 SIG - Quadra 06 - Lote 2080 - Torre II - 2º Andar - CEP: 70.610-460 - Brasília - DF
 CNPJ: 00.692.214/0001-76

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016**

ESPECIFICAÇÕES	CAPITAL REALIZADO	RESERVA LEGAL	SOBRADAS OU PERDAS ACUMULADAS	TOTAL	(\Valores expressos em Reais)
SALDOS EM 01/JAN/2016	90.087.052,91	9.436.476,72	4.780.632,36	104.304.161,99	
Aumento/Baixa de Capital	17.271.050,75	-	-	17.271.050,75	
Integralização de Sobras ao capital conf. AGO/2016	4.780.632,34	-	(4.780.632,34)	-	
Sobras do exercício	-	-	13.534.139,88	13.534.139,88	
Destinações					
-Reserva Legal			(1.353.205,78)	(1.353.205,78)	
-FATES			(1.355.287,87)	(1.355.287,87)	
SALDOS EM 31/DEZ/2016	112.138.736,00	10.789.682,50	10.825.646,25	133.754.064,75	
Mutações do Exercício	22.051.683,09	1.353.205,78	6.045.013,89	29.449.902,76	
SALDOS EM 01/JAN/2017	112.138.736,00	10.789.682,50	10.825.646,25	133.754.064,75	
Aumento/Baixa de Capital	19.088.566,14	-	-	19.088.566,14	
Integralização de Sobras ao capital conf. AGO/2017	10.284.363,92	-	(10.284.363,92)	-	
Sobras do exercício	-	-	16.308.442,29	16.308.442,29	
Destinações					
-Fundo de marketing			(541.282,31)	(541.282,31)	
-Reserva Legal			(1.626.905,46)	(1.626.905,46)	
-Fates			(1.666.293,17)	(1.666.293,17)	
SALDOS EM 31/DEZ/2017	141.511.666,06	12.416.587,96	13.015.243,68	166.943.497,70	
Mutações do Exercício	29.372.930,06	1.626.905,46	2.189.597,43	33.189.432,95	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Alves de Sena
José Alves de Sena
 Diretor Presidente

Sérgio Luiz Viott
Sérgio Luiz Viott
 Diretor Financeiro

Jorge Luiz Moreira
Jorge Luiz Moreira
 Contador
 CRC/DF 7.534



Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda.
 SIG - Quadra 06 - Lote 2080 - Torre II - 2º Andar - CEP: 70.610-460 - Brasília - DF
 CNPJ: 00.692.214/0001-76

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO

	(Valores expressos em Reais)	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Sobras/(perdas) líquidas antes do imposto de renda e da contribuição social		16.320.579,39	13.535.092,89
Ajustes as sobras/perdas líquidas: (não afetaram o caixa)		(15.164.577,23)	(13.328.141,19)
Despesas de depreciação e amortização		268.277,95	239.614,29
Resultado na equivalência patrimonial		(16.519.316,90)	(13.827.382,61)
Provisão Para Crédito de Liquidação Dúvidosa		1.086.461,72	246.400,12
Perda de capital		-	13.227,01
Variações patrimoniais: (Ativas e Passivas)		(60.484.871,50)	61.710.289,63
Aplicações interfinanceiras de liquidez		(149.760.582,90)	(64.056.830,54)
Relações interfinanceiras e interdependências		125.296.891,68	165.584.670,76
Operações de crédito		(28.439.242,84)	(40.824.965,74)
Outros créditos		(4.431.926,10)	(119.220,63)
Outros valores e bens		(10.180,92)	(4.916,40)
Outras obrigações		(3.129.158,59)	1.142.537,86
Imposto de renda e contribuição social pagos		(10.671,83)	(10.985,68)
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(59.328.869,34)	61.917.241,33
Fluxo de caixa das atividades de Investimento			
Aquisição de investimentos		(497.296,97)	(18.837.184,77)
Aquisição de imobilizado de uso		(109.289,31)	(221.808,80)
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		(606.586,28)	(19.058.993,57)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Aumento/(redução) de capital		19.088.566,12	17.271.050,75
CAIXA LÍQUIDO USADO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		19.088.566,12	17.271.050,75
Aumento líquido de caixa e de equivalentes de caixa		(40.846.889,50)	60.129.298,51
Caixa e equivalentes de caixa no início do período		81.953.780,07	21.824.481,56
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		41.106.890,57	81.953.780,07
VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(40.846.889,50)	60.129.298,51

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

José Alves de Sena
 Diretor Presidente

Jorge Luiz Moreira
 Contador
 CRC/DF 7.534

Sérgio Luiz Viott
 Diretor Financeiro



CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA
SICOOB PLANALTO CENTRAL

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS
EM 31/12/2017 e 31/12/2016**

(Em Reais)

A CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA - SICOOB PLANALTO CENTRAL é uma cooperativa de crédito central, instituição financeira não bancária, fundada em 06/03/1995, componente da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O Sicoob Planalto Central tem como objetivo principal a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de interesse das Cooperativas de Crédito associadas, integrando e orientando atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis são de responsabilidade da Administração do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, consideradas as alterações exigidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, adaptadas às peculiaridades da legislação cooperativista e às normas e instruções do Banco Central do Brasil – BACEN, bem como apresentadas conforme o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Consideram ainda, no que for julgado pertinente e relevante, os pronunciamentos, orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC.

As demonstrações contábeis são uniformes em relação aos exercícios apresentados, sendo as possíveis mudanças de critérios ocorridas demonstradas em nota específica. Também foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração, em sua reunião datada de 31/01/2018.

Em aderência ao processo de convergência às normas internacionais de Contabilidade, algumas Normas e suas Interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicadas às instituições financeiras quando aprovadas pelo Banco Central do Brasil. Nesse sentido, os Pronunciamentos contábeis já aprovados pelo Banco Central do Brasil são: CPC Conceitual Básico (R1) - Resolução CMN nº 4.144/2012; CPC 01(R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - Resolução CMN nº 3.566/2008; CPC 03 (R2) - Demonstrações do Fluxo de Caixa - Resolução CMN nº 3.604/2008; CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas - Resolução CMN nº 3.750/2009; CPC 10 (R1) - Pagamento Baseado em Ações - Resolução CMN nº 3.989/2011; CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. – Resolução CMN nº 4.007/2011; CPC 24 - Evento Subsequente - Resolução CMN nº 3.973/2011; CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes – Resolução CMN nº 3.823/2009 e CPC 33 – Benefícios a Empregados – Resolução CMN nº 4.424/2015.

2. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registradas de acordo com o regime de competência.

As operações de crédito com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, e os ingressos e dispêndios correspondentes ao período futuro são apresentados em conta redutora dos respectivos ativos e passivos.

Os ingressos e dispêndios de natureza financeira são contabilizados pelo critério "*Pro-rata temporis*" e calculados com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados, que são calculadas com base no método linear.

As operações de crédito com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais são proporcionais aos montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações contábeis do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, provisões necessárias para passivos contingentes, entre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas. O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** revisa as estimativas e premissas, no mínimo, semestralmente.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as aplicações de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

O caixa e equivalente de caixa compreendem:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Caixa e depósitos bancários	8.699,93	13.092,92
Aplicações interfinanceiras de liquidez	-	50.599.059,94
Cotas de Fundos de Investimentos	33.080.835,34	31.341.627,21
TOTAL	41.106.890,57	81.953.780,07

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar, e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas "*Pro rata temporis*", com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

A apropriação dos juros é interrompida após a operação de crédito estar vencida há mais de 60 dias. As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 6 meses, quando

então, são baixadas contra a provisão existente e controladas em conta de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 introduziram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Investimentos

Representados, substancialmente, por ações do Bancoob avaliadas pelo método de equivalência patrimonial e por quotas do Sicoob Confederação, da Confebrás e da CNAC, registradas com base no custo de aquisição.

g) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações e softwares, demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para baixar o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

h) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

i) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

j) Provisões

São reconhecidas quando o **SICOOB PLANALTO CENTRAL** tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

k) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por cumprir.

i) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos (Art. 183 Decreto 3.000/1999). O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação (Art. 182 Decreto 3.000/1999).

m) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores no longo prazo (não circulante).

n) Valor recuperável de ativos – *impairment*

Os bens do imobilizado são registrados ao custo e depreciados pelo método linear, considerando-se a estimativa da vida útil-econômica dos respectivos componentes.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final de cada exercício. Se o valor contábil de um ativo for maior do que seu valor recuperável, constitui-se uma provisão para impairment de modo a ajustá-lo ao seu valor recuperável estimado.

Os bens do ativo imobilizado objeto de teste de *impairment*, estão sendo utilizado para atendimento operacional, contribuído para geração de fluxo de caixa e a Cooperativa não espera abandona-los ou aliena-los, após essa avaliação. Não foi identificada a necessidade de constituição de provisão para obrigações por descontinuação ou redução do valor recuperável de ativos.

o) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

- Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e
- Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2017.

3. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Em 31/12/2017 e 31/12/2016, as Aplicações Interfinanceiras de Liquidez estavam assim compostas:

Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	31/12/2017	31/12/2016
Aplicações no Mercado Aberto	8.017.355,30	5.093.934,17
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	376.308.321,72	272.052.864,59
Total	384.325.677,02	277.146.798,76
Circulante	384.325.677,02	276.807.331,27
Não circulante	-	309.467,49

Os recursos disponíveis do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** estão aplicados integralmente no Bancoob.

4. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são avaliados pelo custo acrescido dos rendimentos ou valor de realização.

A Circular CMN nº 3.068, que trata da classificação dos títulos e valores mobiliários com base em um conjunto de critérios para registro e avaliação da carteira de títulos, não se aplica às cooperativas de crédito.

Em 31 de Dezembro de 2017 e 2016, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Cotas de Fundos de Investimento	33.080.835,34	31.341.627,21

5. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito:

Modalidade	31/12/2017			31/12/2016
	Circulante	Não circulante	Total	
Empréstimos	142.806.846,69	29.986.667,41	172.793.514,10	144.354.271,26
(-) Provisões para Operações de Crédito	(1.844.661,69)	(387.343,17)	(2.232.004,86)	(1.145.543,14)
TOTAL	140.962.185,00	29.599.324,24	170.561.509,26	143.208.728,12

b) Composição por tipo de operação e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo	Provisões 31/12/2017	Total em 31/12/2016	Provisões 31/12/2016
AA - Normal	11.391.604,00		38.514.611,33	
A 0,5% Normal	73.862.790,79	(369.313,93)	73.685.955,76	(368.429,74)
B 1% Normal	38.174.132,70	(381.741,33)	9.374.886,34	(93.748,86)
C 3% Normal	49.364.986,61	(1.480.949,60)	22.778.817,83	(683.364,53)
Total Geral	172.793.514,10	(2.232.004,86)	144.354.271,26	(1.145.543,14)
Provisões				
Total Líquido	170.561.509,26		143.208.728,12	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Empréstimos	76.467.423,85	66.339.422,84	29.986.667,41	172.793.514,10

d) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Saldo Inicial	(1.145.543,14)	(899.143,02)
Constituições	(1.086.461,72)	(246.400,12)
Total	(2.232.004,86)	(1.145.543,14)

6. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas ao **SICOOB PLANALTO CENTRAL** por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Rendas a receber	317,74	447,59
Diversos	5.394.948,98	962.893,03
TOTAL	5.395.266,72	963.340,62

Composto, basicamente, pela aquisição de ações ordinárias junto ao Banco Cooperativo do Brasil S.A – Bancoob no valor de R\$ 4.340.496,53, que será transferido para investimentos após a homologação pelo Banco Central da ata que aprovou o aumento de capital, e pela provisão do Rateio Orçamentário da Central no mês de Dezembro/2017, no valor de R\$ 1.011.294,25, efetivamente recebido em Janeiro de 2018.

7. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Almoxarifado	1.066,03	1.066,03
Despesas Antecipadas	68.194,22	58.013,30
TOTAL	69.260,25	59.079,33

As despesas antecipadas referem-se a prêmios de seguros, auxílio alimentação e auxílio transporte.

8. Investimentos

O saldo é representado por ações do Bancoob e por quotas do Sicoob Confederação, da Confebrás e da CNAC.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Bancoob	139.580.067,70	123.061.635,24
Sicoob confederação	5.087.995,50	4.589.814,09
CNAC	233.572,17	233.572,17
Confebrás	12.500,00	12.500,00
TOTAL	144.914.135,45	127.897.521,58

9. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016	Taxa Depreciação
Edificações	3.816.689,60	3.816.689,60	4% a.a.
(-) Depreciação Acumulada Imóveis de Uso - Edificações	(1.374.856,55)	(1.222.188,95)	
Instalações	110.981,47	110.981,47	10% a.a.
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	(36.609,43)	(31.615,49)	
Móveis e equipamentos de Uso	250.762,53	228.222,87	10% a.a.
(-) Depreciação Acumulada Móveis e Equipamentos de Uso	(107.976,19)	(88.246,77)	
Sistema de Comunicação	54.554,81	54.554,81	20% a.a.
Sistema de Processamento de Dados	625.918,62	539.168,97	10% a.a.
(-) Depreciação Acumulada Outras Imobilizações de Uso	(468.776,34)	(381.889,31)	
TOTAL	2.870.688,52	3.025.677,20	

SICOOB PLANALTO CENTRAL – CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA.

SIG Quadra 06, Lote 2080, Torre II, 2º Andar – 70610-460 – Brasília – DF - Telefax: (61) 3204-5000

Site: www.sicoobplanaltocentral.coop.br - E-mail: sicoobplanaltocentral@sicoobplanaltocentral.coop.br

10. Intangível

Nesta rubrica registram-se os direitos que tenham por objeto os bens incorpóreos, destinados à manutenção da companhia, como as licenças de uso de softwares.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Outros Ativos Intangíveis	40.000,00	40.000,00
(-) Amortização Acumulada de Ativos Intangíveis	(34.332,99)	(30.333,03)
TOTAL	5.667,01	9.666,97

O valor registrado na rubrica “Intangível”, refere-se a licenças de uso do Sistema de Informática do Sicoob - SISBR, adquirida da Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. - Sicoob Confederação.

11. Relações Interfinanceiras

As Relações Interfinanceiras referem-se aos recursos financeiros mantidos pelas filiadas, conforme determinado no regimento interno. Estes recursos são remunerados em aproximadamente, 105% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Centralização Financeira	567.464.276,52	442.167.384,84

As instituições associadas são todas as cooperativas singulares de crédito.

12. Outras Obrigações

12.1. Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Fates - Resultado de atos com associados	2.280.310,58	1.951.805,34
Fates - Resultado de atos com não associados	68.632,27	29.244,56
TOTAL	2.348.942,85	1.981.049,90

O Fates é destinado a atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 10% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF.

12.2. Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Provisão para impostos e contribuições sobre os lucros	1.465,27	-
Impostos e contribuições a recolher	226.243,61	212.982,28
TOTAL	227.708,88	212.982,28

Em Impostos e contribuições a recolher estão registrados os impostos e contribuições sobre salários no valor de R\$ 225.356,02.

12.3. Diversas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	-	3.144,55
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento	-	23.128,43
Provisão para Pagamentos a Efetuar	590.787,60	578.506,97
Credores Diversos – País (I)	3.656.525,95	4.945.270,99
TOTAL	4.247.313,55	5.550.050,94

(I) Em Credores Diversos – País os registros são: crédito de filiadas (R\$ 3.346.583,11), apoio financeiro do SESCOOP (R\$ 164.873,56) e Crédito de Terceiros (R\$ 145.069,28).

13. Instrumentos financeiros

O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras e operações de crédito.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, o **SICOOB PLANALTO CENTRAL** não realizou operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

14. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Capital Social	141.511.666,06	112.138.736,02
Quantidade de Associados	13	13

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 10%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas atividades.

c) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

d) Destinações estatutárias e legais

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Sobras ou Perdas Brutas do 1º Semestre	10.016.783,73	6.237.066,13
Sobras ou Perdas Brutas do 2º Semestre	6.291.658,56	7.297.073,75
Sobras ou Perdas Brutas do Exercício	16.308.442,29	13.534.139,88
Destinação para o FATES de ato Cooperativo	1.626.905,46	1.353.205,78
Destinação para o FATES de ato Não Cooperativo	39.387,71	2.082,09
Destinação para Reserva Legal	1.626.905,46	1.353.205,78
Sobras ou Perdas Líquidas do Exercício	13.015.243,66	2.708.493,65

15. Outras Receitas Operacionais

Em Outras Receitas Operacionais estão registrados, basicamente, R\$ 12.601.548,14 referentes ao rateio das despesas do **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, entre as cooperativas filiadas.

16. Outros Despesas Administrativas

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Despesas de alugueis	(19.524,64)	(30.170,17)
Despesas de comunicações	(94.465,30)	(93.584,28)
Despesas de manutenção e conservação de bens	(10.588,53)	(14.433,87)
Despesas de material	(31.317,40)	(25.595,09)
Despesas de processamento de dados	(82.314,95)	(87.505,89)
Despesas de promoções e relações públicas	(875.939,05)	(703.699,78)
Despesas de seguros	(994,90)	(986,06)
Despesas de serviços do sistema financeiro	(55.853,87)	(43.687,07)
Despesas de serviços de terceiros	(4.863,89)	(4.613,41)
Despesas de serviços técnicos especializados	(128.772,24)	(189.707,72)
Despesas de transporte	(93.918,65)	(99.247,54)
Outras despesas administrativas	(1.706.788,67)	(345.456,56)
Sistema cooperativista	(1.106.772,90)	(1.983.924,28)
Despesas de amortização	(3.999,96)	(8.069,08)
Despesas de depreciação	(264.277,99)	(231.545,21)
TOTAL	(4.480.392,94)	(3.862.226,01)

17. Outras Despesas Operacionais

Em Outras Despesas Operacionais está registrado, basicamente, o valor de R\$ 52.091.771,58, referente ao rateio das receitas auferidas pelo **SICOOB PLANALTO CENTRAL**, entre suas cooperativas filiadas.

18. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** e membros próximos da família de tais pessoas.

A remuneração paga pelos serviços desses profissionais refere-se exclusivamente aos honorários da diretoria, as cédulas de presença dos conselheiros e aos correspondentes encargos sociais, apresentando-se da seguinte forma:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Honorários e cédulas de presença	(835.195,38)	784.143,64
Encargos	(171.664,75)	157.791,51
TOTAL	(1.006.860,13)	941.935,15

19. Gerenciamento de Risco

Foi publicada, em 23 de fevereiro de 2017, a Resolução CMN nº 4.557 que dispõe sobre as estruturas de gerenciamento de riscos e de capital, com a consequente revogação, a partir de 24 de fevereiro de 2018, das Resoluções CMN nº 3.380/2006, 3.464/2007, 3.721/2009, 3.988/2011 e 4.090/2012.

Em razão disso, foi criada no **Sicoob Confederação**, a **Superintendência de Gestão de Riscos e Capitais**, que vem promovendo a reestruturação administrativa e operacional para cumprimento das exigências previstas na Resolução CMN nº 4.557/2017, de modo a atende-la plenamente a partir de fevereiro de 2018.

19.1. Risco operacional

As diretrizes para o gerenciamento do risco operacional encontram-se registradas na Política Institucional de Risco Operacional que foi aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação, entidade responsável por prestar os serviços de gestão centralizada do risco operacional para as entidades do Sicoob.

O processo de gerenciamento de risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

As perdas operacionais são comunicadas à Área de Controles Internos que interage com os gestores das áreas e identifica formalmente as causas, a adequação dos controles implementados e a necessidade de aprimoramento dos processos, inclusive com a inserção de novos controles.

Os resultados são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

Em cumprimento à Resolução CMN nº 3.380/2006, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento do risco operacional.

Não obstante a centralização do gerenciamento do risco operacional, o **SICOOB PLANALTO CENTRAL** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos e é proporcional à dimensão da exposição ao risco operacional.

19.2. Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar os riscos de mercado e de liquidez, por meio das boas práticas de gestão de riscos, na forma instruída nas Resoluções CMN nº 3.464/2007 e 4.090/2012.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN 3.464/2007 e artigo 8 da Resolução CMN 4.090/2012, o **SICOOB PLANALTO CENTRAL** aderiu à estrutura única de gestão de riscos de mercado e de liquidez do Sicoob, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A (Bancoob), que pode ser evidenciada em relatório disponível no sítio www.sicoob.com.br.

No gerenciamento do risco de mercado são adotados procedimentos patronizados de identificação de fatores de risco, de classificação da carteira de negociação (trading) e não negociação (banking), de mensuração do risco de mercado de estabelecimento de limites de risco, de teste de stress e de aderência ao modelo de mensuração de risco (backtesting).



No gerenciamento do risco de liquidez são adotados procedimentos para identificar, avaliar, monitorar e controlar a exposição ao risco de liquidez, limite mínimo de liquidez, fluxo de caixa projetado, testes de stress e planos de contingência.

Não obstante a centralização do gerenciamento dos riscos de mercado e de liquidez, o **SICOOB PLANALTO CENTRAL** possui estrutura compatível com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de liquidez da entidade.

19.3. Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.721/2009, o **SICOOB PLANALTO CENTRAL** aderiu à estrutura única de gestão do risco de crédito do SICOOB, centralizada no Sicoob Confederação (Sicoob), desde novembro de 2017, sendo anteriormente realizado pelo Banco Cooperativo do Brasil S.A. (Bancoob), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sitio www.sicoob.com.br.

Compete ao gestor a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, de criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o SICOOB, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

Não obstante a centralização do gerenciamento de risco de crédito, o **SICOOB PLANALTO CENTRAL** possui estrutura compatível com a natureza das operações, a complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição ao risco de crédito da entidade.

19.4. Gerenciamento de capital

A estrutura de gerenciamento de capital do **SICOOB PLANALTO CENTRAL** objetiva garantir a aderência às normas vigentes e minimizar o risco de insuficiência de capital para fazer face aos riscos em que a entidade está exposta, por meio das boas práticas de gestão de capital, na forma instruída na Resolução CMN nº 3.988/2011.

Conforme preceitua o artigo 9 da Resolução CMN nº 3.988/2011, **SICOOB PLANALTO CENTRAL** aderiu à estrutura única de gerenciamento de capital do SICOOB, centralizada na Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob Ltda. (Sicoob Confederação), a qual encontra-se evidenciada em relatório disponível no sitio www.sicoob.com.br.

O gerenciamento de capital centralizado consiste em um processo contínuo de monitoramento do capital, e é realizado pelas entidades do SICOOB com objetivo de:

- (a) Avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que as entidades do SICOOB estão sujeitas;
- (b) Planejar metas e necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos das entidades do SICOOB;
- (c) Adotar postura prospectiva, antecipando a necessidade de capital decorrente de possíveis mudanças nas condições de mercado.

SICOOB PLANALTO CENTRAL – CENTRAL DAS COOPERATIVAS DE ECONOMIA E CRÉDITO DO PLANALTO CENTRAL LTDA.

SIG Quadra 06, Lote 2080, Torre II, 2º Andar – 70610-460 – Brasília – DF - Telefax: (61) 3204-5000

Site: www.sicoobplanaltocentral.coop.br - E-mail: sicoobplanaltocentral@sicoobplanaltocentral.coop.br

Adicionalmente, são realizadas também simulações de eventos severos em condições extremas de mercado, com a consequente avaliação de seus impactos no capital das entidades do SICOOB.

20. Seguros contratados – Não auditado

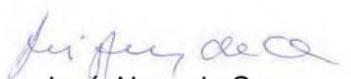
O **SICOOB PLANALTO CENTRAL** adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

21. Índice de Basileia

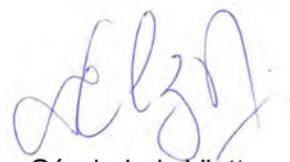
As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2017	31/12/2016
Patrimônio de Referência	68.634.923,34	67.942.327,49
Ativos Ponderados por Risco - RWA	180.395.403,09	162.316.150,58
Risco Bancário - Rban	83.631,26	82.228,51
Índice de Basileia	38,05%	41,66%

Brasília-DF, 31 de dezembro de 2017.



José Alves de Sena
Diretor Presidente



Sérgio Luiz Viott
Diretor Financeiro



Jorge Luiz Moreira
Contador
CRC-DF 7.534

RELATÓRIO DE AUDITORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda. – Sicoob Planalto Central Brasília/DF

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Central das Cooperativas de Economia e Crédito do Planalto Central Ltda. – Sicoob Planalto Central, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Sicoob Planalto Central em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

As demonstrações contábeis do Sicoob Planalto Central para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram relatório em 10 de março de 2017 com uma opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho

realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília/DF, 16 de fevereiro de 2018.

Vinícius Gasparino Rezende de Souza
Contador CRC DF – 019168/O-6
CNAI 2068

Nestor Ferreira Campos Filho
Contador CRC DF – 013421/O-9
CNAI 17272068





 **SICOOB**